View metadata, citation and similar papers at core.ac.uk
brought to you by CORE
provided by Portal de Periodicos - CESVA (Centro de Ensino Superior de...

A cultura política no oitocentos no Vale do Paraíba Fluminense – o caso de Manoel Antônio Esteves em Valença

Raimundo César de Oliveira Mattos

Resumo

Cidade do Vale do Paraíba Fluminense, Valença destacou-se, no oitocentos, como uma das grandes produtoras de café no Império. A sociedade que aí surgiu caracterizou-se, entre outras coisas, pela montagem de uma rede de poder e de sociabilidades, valendo-se de várias estratégias e alianças. Exemplo disso foi a figura de Manoel Antônio Esteves, comerciante português que, inicialmente em Vassouras e, após o casamento, em Valença, soube articular-se em várias frentes e tornar-se um cidadão respeitado na região. Sua trajetória é ilustrativa de uma cultura política local que estruturou-se em redes sociais através das relações de poder que, aqui, não dizem respeito apenas às clássicas vertentes historiográficas que tinham o Estado como único objeto. Os indivíduos, ainda que desligados das ligações partidárias, também se organizavam, tecendo tais relações entre si, nas instituições e com outros indivíduos. Manoel Antônio Esteves é mais um destes elementos que, pelas cartas que deixou, permite-nos uma análise mais aprofundada desta cultura política oitocentista.

Palavras-chave: Sociabilidades. Instituições. Sociedade.

Abstract

Located in the Valley of the Paraiba in Rio de Janeiro State, the city of Valença stood out in the eighteen hundreds as one of the main producers of coffee of the Brazilian Empire. The society that was formed there was characterized, among other things, by the set up of a network of power and sociabilities, making use of several strategies and alliances. An example of this fact was Manoel Antonio Esteves, a businessman of Portuguese origin that, first in Vassouras and then, after his marriage, in Valença was able to articulate himself in several areas and became a respected citizen in this region. His trajectory is illustrative of a local political culture that structured itself in social networks through power relations that, here, are not only related to the classical historiographic threads that had the State as its single object. The individuals, even if disconnected from political parties, also organized themselves weaving such relations among themselves, in the institutions and with other individuals. Manoel Antonio Esteves is one more of these elements that, from the letters that he left, allow us to do a deeper analysis of this political culture from the eighteen hundreds.

Keywords: Alliances. Institutions. Society.

O contexto histórico do Vale do Paraíba Fluminense no período do oitocentos enquadra-se naquilo que Serge Berstein chama de cultura política na medida em que esta realidade manifestava-se por determinados padrões de conduta que, apesar de não homogêneos ou determinantes, na acepção direta da palavra, pressupõem uma certa identidade que levava a elite agrária e outros grupos a criar a noção de "boa sociedade" e a adotar uma série de comportamentos e estratégias de sociabilidade. Nessa realidade destacou-se a figura de Manoel Antônio Esteves que deixou importante acervo documental, notadamente sua correspondência, mantida em sua antiga propriedade, a Fazenda Santo Antônio do Paiol em Valença. Ao fazermos uso da ideia de cultura política de Berstein, entendemos o que o autor apresenta a favor de sua importância:

> "...passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isso, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual"[1].

Os grupos organizados à volta de uma cultura de que nos fala Berstein, no caso em foco, são exatamente as famílias de cafeicultores com todas as suas redes sociais e políticas e que, via de regra, organizavam uma leitura de mundo, uma forma de ver o mundo, de se ver no mundo, refletindo-se na sociedade e criando regras comportamentais que melhor exprimissem o seu poder e a sua influência. Manoel Antônio Esteves é uma figura através da qual será discutida uma sociedade, uma maneira de ver o mundo e de se enxergar nele, uma cultura política que se desenvolveu na região e que também é comentada por Rémond como sendo capaz, comungando do mesmo ponto de vista de Berstein a respeito, de explicar e preencher um vazio no estudo do fenômeno político:

> "Enfim, a noção de cultura política, que está prestes a ocupar, na reflexão e explicação dos fenômenos políticos, um lugar proporcional ao vazio que ela acaba de preencher, implica continuidade na longuíssima duração. Assim, no que diz respeito ao tempo, a história política não o cede à história de qualquer outro aspecto da realidade"[2].

Complementando o seu pensamento, Berstein ainda expõe:

---

[1] BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 362-363.

[2] RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, pp. 17-18.

> "Com efeito, é no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista de uma explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas"[3].

Pertencer a tal sociedade passava, inicialmente, por pertencer a uma boa família. O tema da família já foi tratado pela historiografia de diferentes formas, mas um ponto é praticamente certo: sua importância na formação da sociedade brasileira desde os tempos da colônia. Mas foi somente na década de 1970 que tal tema foi retomado e incorporado de forma efetiva como objeto da história. As historiadoras Murriel Nazzari e Elizabeth Kusnesoff destacaram, partindo da perspectiva da história social, as análises da economia doméstica a partir da interpretação de inventários *post-mortem*, testamentos, contratos de casamento e dote, diferenciando-se de uma perspectiva até então praticada[4]. Sheila Faria, em outra obra, destaca ainda este papel da família na história do País:

> "A família teve um grande peso nas relações econômicas, políticas e sociais no Brasil. Mais do que o dote e o acesso à herança (esta última sem data marcada, obviamente), o mais comum para a constituição de uma unidade doméstica era contar com a solidariedade familiar, que se multiplicava, principalmente entre os membros da família nuclear, em particular nos grupos menos enriquecidos da região. Este dado era fundamental"[5].

Se destacamos até aqui o papel da família no contexto histórico brasileiro é porque o caso de Manoel Antônio Esteves circula em torno de um núcleo familiar ao qual ele passa a fazer parte mediante o casamento e é a partir daí, em especial, que são organizadas as suas estratégias de sociabilidade e poder. Os arranjos familiares eram comuns no período, não apenas na região enfocada. Da vizinha Província de Minas Gerais de onde, aliás, migraram muitos elementos para o Rio de Janeiro com o declínio da mineração em fins do século XVIII, indo alguns para Valença, Mônica Oliveira traça um perfil característico:

> "A abundância de arranjos matrimoniais revelara o esforço da consolidação de novas alianças políticas e econômicas, objetivando a estruturação de uma rede familiar complementar. Para Carlos Bacelar, a seleção de cônjuges faria

[3] BERSTEIN, Serge. Op. cit., p. 349.

[4] Cf. FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: VAINFAS, R. & CARDOSO, Ciro F. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 253.

[5] FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento.* Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 384.

> parte de uma estratégia de vida previamente pensada, visando à estruturação de uma rede de relações familiares, complementares às relações de cunho comercial. Quanto mais amplas as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso socioeconômico da família"[6].

Isso gerou todo um processo de formação de redes, contribuindo para a diversificação dos negócios familiares, o aumento e a preservação do patrimônio familiar e a criação de sistemas clientelares, chegando mesmo a provocar uma influência direta do modelo político-administrativo que se construía no País, segundo afirma Maria Fernanda Martins[7]. Quanto maior a rede em que o indivíduo estivesse envolvido, maiores seriam as suas chances de sucesso naquilo a que se propunha. E ainda segundo a autora, a existência dessas redes no poder não significava uma imobilidade, mas encontrava-se baseada em um processo de mudança, por "sua própria dinâmica interna, na capacidade de se perceber as novas oportunidades de negócios, (...) de reagir às conjunturas desfavoráveis buscando novas alianças estratégicas..."[8] O caso de Manoel Esteves representa bem esse aspecto, uma vez que ele foi um indivíduo com grande capacidade de perceber e mesmo conceber novas oportunidades de negócios, buscando e construindo novas alianças estratégicas, alicerçando seu poder, inserido que estava na boa sociedade oitocentista, expressão essa que, segundo Lúcia Bastos, "... procura designar a reduzida elite econômica, política e cultural do Império, que partilhava códigos de valores e comportamento modelados na concepção europeia de *civilização*"[9].

Neste cenário compreende-se a importância de ser possuidor de terras e escravos, inclusive para se alcançar os direitos de cidadania, o que levava não poucos, como Manoel Esteves, a buscarem alianças tão importantes quanto lucrativas para seus empreendimentos e objetivos. Isso fez com que o Império procurasse "compartilhar da civilização da imagem e de hábitos aburguesados sem se despojar de um modelo escravista e agroexportador"[10], no que concorda com o pensamento de Lúcia Bastos, do qual a cidade de Valença acabou por se tornar um protótipo, com sua economia, política e vida social no oitocentos todas voltadas para esse modelo. O caso de Manoel Esteves foi marcado, do princípio ao fim, pelo emaranhado de redes de sociabilidades, temática crescente no campo historiográfico como alude Alexandre Barata:

---

[6] OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 171.

[7] Cf. MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 422.

[8] Ibid., p. 431.

[9] NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Verbete boa sociedade. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário de Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 95.

[10] Cf. MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa. Família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 205.

> "Por outro lado, constata-se também nas últimas décadas um crescente interesse da historiografia pela temática das sociabilidades. Criticada pela sua imprecisão conceitual e por isso mesmo usada muitas vezes de forma abusiva, a noção de sociabilidade tornou-se uma categoria operacional e fecunda para a pesquisa histórica a partir, sobretudo, dos trabalhos do historiador francês Maurice Agulhon (...)"[11].

Segundo ainda José Murilo de Carvalho[12], a sociabilidade é uma dimensão importante, por sua relevância para a vida política. É a partir dela que Manoel Esteves se firmou na sociedade cafeicultora do Vale do Paraíba fluminense. Ele era português nascido a 27 de setembro de 1813. Não é conhecida com exatidão a data em que veio para o Brasil e nem os motivos que o trouxeram para cá. Porém, a partir da análise de sua correspondência, sendo que as primeiras cartas datam de 1845, podemos constatar que neste ano ele já se encontrava estabelecido no Brasil, mais especificamente na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Vassouras, onde possuía uma casa comercial.

Típico da construção da autoimagem já referida era a própria fazenda de café, em especial a moradia do proprietário. Das primeiras sedes extremamente simples de Valença descritas por Saint-Hilaire que, em 1822, atravessou o Vale do Paraíba paulista, as moradias passam por uma transformação radical, chegando mesmo a apresentar ares palacianos. "A casa de morada da fazenda imperial, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX no Vale do Paraíba, era edificação grandiosa..."[13] A casa de morada da Fazenda Santo Antônio do Paiol pode ser descrita como uma propriedade relativamente modesta comparando-se com outras fazendas da região. No entanto, antes de se mudar para a fazenda, Manoel Esteves reconstruiu-a, dotando-a de um mínimo de conforto e praticidade, com dimensões amplas, apropriadas para uma família numerosa como foi a sua. E isso constituía uma forma de demonstração do poder do proprietário, tendo se transformado em patrimônio histórico e alvo de interesse dos estudiosos durante muito tempo, enquanto as demais construções só recentemente passariam a ocupar os estudiosos.

> "Dito isso, a casa de morada cafeeira no Sudeste foi construção que ao longo do tempo se requintou e até se apalacetou, fosse na proporção do plantel de escravos que o proprietário dispunha, fosse como ícone de seu poder socioeconômico e político, observado, sobretudo, a partir de meados do século XIX"[14].

---

[11] BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840). In: CARVALHO, José Murilo de & NEVES, Lúcia Maria B. P. das. *Repensando o Brasil do oitocentos. Cidadania, política e liberdade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 51.

[12] Cf. CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 12.

[13] MARTINS, Ana Luiza. *História do café.* São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 147.

[14] Ibid., p. 147.

De comerciante a proprietário de terras e escravos através do casamento, Manoel Esteves foi construindo e fortalecendo alianças, sociabilidades, tornando-se cada vez mais uma figura de prestígio na região. A necessidade de tais alianças entre proprietários rurais e comerciantes, facilitadores do crédito e mesmo, no caso em questão, intermediadores entre a família e comissários de café, torna-se evidente quando analisamos a sua correspondência com comissários no Rio de Janeiro. Antes mesmo de passar a residir em sua propriedade em Valença, já era ele responsável pelas finanças do sogro, chegando mesmo a administrar sua conta corrente com o comissário de café na Corte e assinar as ordens dadas a ele. Pela carta[15] recebida do comissário Visconde de Condeixa[16], em abril de 1853, podemos constatar o que foi referido:

> "Meu amigo e Srº
> Incluso remeto aberta huma carta para seu digno sogro o Srº Francisco Martins Pimentel, de quem sem nenhumas ordens nem authorização fis descontar em bilhetes do Thesouro o saldo que o mesmo Srº aqui tinha em 31 do mês findo, afim de lhe hir vendendo algumas cousas, cumprindo assim com nosso dever, procurando meios de dar algum interesse a quem também me ajuda.
> Como pode acontecer que o Srº Pimentel não esteja ao facto do que são bilhetes do Thesouro, pesso a V. Sª que lhe explique severando-lhe que nenhum obstáculo pode haver em saccar quando queira, porque com os mesmo bilhetes se cumprirá as ordens com o mesmo desconto pelo tempo que faltar, e sempre fica o premio pelo tempo que lhe terá decorrido.
> Negociante doe-lhe o coração vendo dinheiro parado, e por isso fis esta operação tomando a mim a responsabilidade por não ter nenhuma.
> Queira apresentar-me com muitos respeitos à sua Ilma. Srª e responda a minha vontade por ser com muita estima.
>
> De V. Sª
> Amigo
> Visconde de Condeixa"[17]

Esta carta deixa claro que Manoel Esteves costumava organizar os negócios do sogro. O Visconde de Condeixa, por sua vez, estava habilmente valendo-se de sua condição de comissário para realizar transações comerciais com os recursos de Francisco Pimentel em benefício próprio, justificando tal procedimento como um expediente necessário, não permitindo que o dinheiro ficasse parado e tomando

[15] Na transcrição da correspondência de Manoel Esteves será respeitada a grafia da época.

[16] João Maria Colaço de Magalhães Velasques Sarmento (1806-1871), também português, foi fidalgo-cavaleiro da Casa Real, par do Reino, Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Cavaleiro da Torre e Espada, comendador da Ordem da Rosa, do Brasil, administrador do vínculo dos Colaços no campo de Coimbra, negociante de grosso trato na praça do Rio de Janeiro, capitalista e grande proprietário em Portugal.

[17] Correspondência de Manoel Antônio Esteves – nº 03, caixa 01, 1853.

a si a responsabilidade do ato, além de pedir que o cliente explicasse a situação ao sogro. Todavia, tratava-se de uma prática comum entre os comissários, apesar de pouco honesta. Neste mesmo ano, Manoel Esteves retirou-se para sua fazenda. No entanto, decorridos dez anos, Esteves continuava controlando de perto os negócios da família de sua esposa, fato este que se comprova através de cartas enviadas por outro comissário: Netto dos Reys[18] em 1863:

> "(...) Relativamente à conta da Srª sua sogra, mandamos a copia que V. Sª pode: quanto porém ao acceite e assinatura da letra pelo saldo da conta da mesma Srª não pode ser feito por seu actual marido o Srº José Martins do Valle, por causa das clausulas especiais do contrato do seu casamento. Consultando o advogado a este respeito, elle nos disse que o único meio seria o de passar a Srª D. Clara uma procuração ao Srº José Miz, por meio da qual lhe desse authorização para acceitar em nome della as letras que por saldo das contas correntes lhe apresentássemos (...).
> Desejamos concordar com V. Sª no melhor meio de conciliar as cousas a este respeito, mas sem prescindir do que for indispensável para legalidade de qualquer acto, no que bem sabemos que V. Sª está de perfeito acordo[19]".

Aqui vemos que o comissário envia a Manoel Esteves uma cópia da carta que já havia sido enviada para sua sogra, solicitando ainda como "favor especial" que Esteves conseguisse conciliar a questão da mesma com seu novo marido e o convencesse a tomar as melhores medidas legais e comerciais, deixando claro que fazia questão que Esteves estivesse de perfeito acordo na resolução de tais problemas.

As duas primeiras redes de sociabilidade traçadas por Esteves são claras até este ponto. Inicialmente, ele se estabelece como comerciante. Depois, ele próprio se torna um proprietário mediante o casamento. A partir daí, organiza outra rede com diversos comissários de café, chegando, por fim, a dispensar boa parte da intermediação destes, uma vez que estabelece a própria firma comissária, Esteves & Filhos, embora não se desligue totalmente da atuação de comissários. Estes desempenhavam um papel essencial no escoamento da produção cafeeira. Não haviam limites claros entre negócios particulares, de famílias, políticos tratados entre fazendeiros e comissários de café. Isso pode ser comprovado através de várias cartas recebidas por Esteves de seus comissários, destacando-se as que tratam de

[18] Membro de importante família, dos Barões de Carapebus, que tinha grande influência na política local na região de Campos dos Goitacazes. A família era ligada por parentesco aos Nogueira da Gama, do Marquês de Baependi, que também possuía representantes em Valença, como os filhos: o segundo Conde de Baependy, o Barão de Juparanã e o Barão de Santa Mônica. Cf. MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes. histórias de elites no antigo regime nos trópicos*. América lusa: séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 427.

[19] Correspondência Manoel Antônio Esteves. 1863.

seus dois filhos mais velhos, Francisco e Lúcio, que estudavam no Rio de Janeiro, no Colégio Santo Antônio. Em uma delas lemos:

> "Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1864
>
> Il^mo^ Sr^o^ Manoel Antônio Esteves
>
> "Valença"
> Meu bom amigo e Sr^o^
>
> Confirmo a minha última em 28 do passado e accuso o recebimento de sua ordem da mesma dacta, que saccou sobre mim o favor de Poyares Lacerda e C^a^, da quantia de 2.600$000, que me foi apresentada em 5 do corrente e nessa dacta cumpri como verá do recibo junto, que lhe fica debitado em conta.
> Como lhe havia dito em minha última de 28 do passado, fui no dia 1º do corrente ao Collegio, buscar os seus dous caros filhos para mandar-lhes faser as duas mudas de roupa preta, e os trouxe para esta sua casa aonde passarão os 2 dias, por serem dias santificados, e no dia 3 levei ao Collegio aonde ficarão plenamente saptisfeitos e durante o tempo que aqui passarão muito contentes e estão bem nutridos e declaro, que os achei com muito adiantamento tanto um como o outro; mas especialmente o Chico é um talento raro e pela carta junta por elle escripta a seu caro Pai, verá o meu amigo que elle tem sabido aproveitar bem o tempo e por tanto acceite os meus parabéns e da minha parte os queira apresentar a sua cara Sr^a^ por ter tão bom filhinhos.
>
> Como sempre fico ao seu dispor, sendo com toda a estima.
>
> De V. S^a^
> Amigo
> Manoel Joaquim Alves Machado"[20]

Manoel Joaquim Alves Machado era outro comissário que fazia negócios com Esteves, cuja firma estava estabelecida na Rua do Hospício, nº 26. Em sua correspondência, além da costumeira prestação de contas em relação a saques e débitos, Machado dá detalhes sobre os favores familiares que fazia ao amigo e cliente: buscou seus dois filhos no colégio, mandou fazer para eles duas mudas de roupas e, em seguida, levou-os para sua casa comissária, onde passaram dois dias santos. Após o feriado, levou-os novamente ao colégio e faz vários elogios sobre os progressos escolares de ambos. Todos estes detalhes deixam transparecer que o comissário era muito mais do que um simples representante comercial, era um amigo e parceiro e sua relação com seu cliente era muito familiar, o que evidencia

[20] Correspondência de Manoel Antônio Esteves – nº 40, caixa 01, 1864.

uma correlação entre as relações familiares e econômicas na sociedade cafeicultora[21]. Este era, pois, outro fator que caracterizava a cultura política desenvolvida pelos cafeicultores oitocentistas. Mais um exemplo retirado das cartas de Esteves deixa claro esta familiaridade entre parceiros comerciais:

> "Illmo e Exmo Sr^o^ Commendador Antônio Coelho Netto dos Reys
>
> Tenho a satisfação de communicar a V. Exª que os Sr^os^ Francisco e Lúcio Martins Esteves, continuão a gosar n'este Collegio perfeita saúde, e que a par de bom comportamento, vão progredindo satisfactoriamente em seus estudos.
> Fico sendo com muita consideração
>
> Francisco Pereira de Souza
>
> Collegio de Santo Antônio
> Em 1 de outubro de 1865"[22]

Francisco Pereira de Souza era o cônego responsável pelo Colégio Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Nesta carta, o cônego dá notícias sobre os estudos dos dois filhos de Esteves que estavam sob sua responsabilidade, mas faz esta prestação ao comissário de Esteves, Netto dos Reys, e não diretamente ao pai dos alunos. Este fato revela a importância familiar do comissário na vida do fazendeiro de café, que confiava plenamente a ele assuntos comerciais e íntimos.

Instituições que uniam membros da boa sociedade também eram pontos de referência e locais onde as sociabilidades eram executadas. José Murilo de Carvalho cita como exemplo da vida associativa do século XIX[23] as irmandades religiosas, as associações filantrópicas assistenciais e profissionais. Manoel Esteves foi membro e provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença e da Irmandade do Santíssimo Sacramento e acabou estendendo suas redes de sociabilidade até seu país de origem, uma vez que também se tornou membro da Irmandade da Misericórdia de Villa Nova de Famelicão em 1876. Esta é outra das redes de sociabilidade que ele estabeleceu e, mesmo que não tenha participado diretamente da vida política do município, estabeleceu ligações que lhe granjearam prestígio político. Outra forma de sociabilidade, neste sentido, é a participação no corpo de jurados, como também destaca José Murilo de Carvalho[24]. O jornal *O Alagôas*,

---

[21] Cf. PAIVA, Fernanda Gonçalves de. *Família Esteves: um estudo das relações familiares e econômicas de uma família fluminense no século XIX*. Valença: monografia de conclusão de curso apresentada ao CESVA, 2004.

[22] Correspondência de Manoel Antônio Esteves – nº 08, caixa 01, 1865.

[23] Cf. CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 12.

[24] Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 37.

publicado em Valença no século XIX traz, em várias de suas edições, listagens de pessoas convocadas para participar do júri, encontrando-se, em diversas delas, o nome de Manoel Esteves. Tal atividade, ainda segundo Carvalho, era um tipo de envolvimento dos cidadãos com o Estado, constituindo-se a mais importante delas, apesar de o alcance ser menor, uma vez que exigia alfabetização. Era, no entanto, a mais intensa, "de vez que havia duas sessões do júri por ano, cada uma de 15 dias"[25]. Quem participava do corpo de jurados acabava se aproximando do próprio exercício do poder e adquiria, assim, alguma noção do papel da lei. Desta forma, ainda que Manoel Esteves não estivesse ligado às disputas partidárias nem tenha sido encontrada alguma referência de que tenha se filiado a algum grupo político, a participação no júri acabava constituindo uma ligação bem estreita com o poder e mais uma rede de sociabilidade exercida por ele que também buscou alianças e amizades na Corte. Ilustrativo disso é a ligação que manteve com o Conselheiro Zacarias Góes e Vasconcellos[26], destacado membro do Partido Liberal, cuja filha chegou a se casar com o primogênito de Esteves. São indícios que podem levar à reconstrução de uma cultura política que buscava sua identidade e, consequentemente, a cidadania de seus componentes. Em carta recebida em 1872, do dito conselheiro, podemos verificar a estima e posição de que gozava:

> "Rio, 18 de jº de 1872
>
> Il^mo.^ Sr. Com^dor^. Manoel Antonio Esteves
>
> Escrevo á V.S. esta carta de que é portador o Sr. Vicente Antonio Paulino, que vai a essa ci^de.^ tratar de um negocio seu, cujo bom êxito será seguro se V.S. toma lo sob sua proteção.
>
> Rogo-lhe, pois que o proteja.
>
> Seu
>
> Amigo
>
> Z de Góes e Vasconcellos"[27]

Em um pequeno texto, Zacarias demonstra total confiança no amigo e acredita que sua proteção será suficiente para o bom êxito do negócio de outra pessoa. Em outra carta, de julho de 1873, o mesmo Zacarias recomenda a Manoel Esteves um outro amigo, Francisco Manuel Grijó Quintanilha, "nomeado Juiz Municipal do Termo dessa cidade", desejando que Esteves "o trate como se fora eu"[28]. Tal confiança vem comprovar que Manoel Esteves realmente havia alcançado

[25] Ibid., p. 37.

[26] Zacarias Góis e Vasconcellos era advogado da Casa Comissária de Manuel Soares da Rocha, com quem Manoel Esteves mantinha relações comerciais e de amizade e foi através deste comissário que ele travou amizade com o conselheiro.

[27] Correspondência de Manoel Antônio Esteves, caixa 01, 1872.

[28] Correspondência de Manoel Antônio Esteves, caixa 01, 1873.

as condições necessárias para ser considerado um "prestimoso cidadão", conforme noticiou o jornal *O Alagôas.*

Provavelmente a relação com Zacarias começou por intermédio do comissário Manoel Joaquim Alves Machado, como denota o trecho a seguir, o qual demonstra que Zacarias advogou em causas de Esteves e de seus parentes, iniciando esta ligação por razões profissionais:

> "Vejo o incômodo que tem tido com o outro pródigo e quanto à demanda do mesmo, estimarei que lhes saia a favor e quando assim não aconteça e tenha de vir à Relação, o nosso amigo Conselheiro Zacarias é o mais habilitado por saber por onde deve começar e sair-se bem, visto que ele já a conhece e já está em nossa casa advogando de novo"[29].

Além disso, outra característica sua precisa ser mencionada: a de pai preocupado com o futuro dos filhos a fim de que os mesmos alcancem posições mais importantes, A este respeito, José Murilo de Carvalho expõe os meios utilizados pela elite "a caminho do clube":

> "O mais difícil era entrar. Um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição *sine qua non* para os que pretendessem chegar até os postos mais altos. A partir daí vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio. Em alguns casos, a influência familiar era suficientemente forte para levar o jovem bacharel diretamente à Câmara. O apoio familiar e dos amigos e o patronato dos líderes já estabelecidos era, aliás, presença constante em todos os passos da carreira"[30].

Como mencionado, o filho mais velho de Manoel Esteves, Francisco, casou-se com a filha de Zacarias Góes e Vasconcellos, com quem já mantinha boas relações, citadas inclusive em sua correspondência com o pai. Em 1873, por exemplo, partindo para Pernambuco, Francisco envia uma carta aos pais informando sobre a viagem e as cartas de recomendação que levava. Entre os comentários ele diz: "Estive também hoje à tarde em caza do Conselheiro Zacarias. (...) O Conselheiro ainda está muito nosso amigo. Prometeu-me mandar cartas de recommendação para Pernambuco"[31]. Francisco e Lúcio, segundo filho de Esteves, estudavam no Rio de Janeiro e recebiam constantes cartas do pais, as quais demonstram a preocupação com a formação dos dois. Todas essas ligações familiares, sociais, a preocupação com o futuro dos filhos, são significativas na construção de redes de sociabilidade no Brasil oitocentista e visavam à construção de uma posição determinada no contexto histórico do período imperial. Francisco

[29] Correspondência de Manoel Antônio Esteves, 1864.

[30] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 125.

[31] Correspondência de Manoel Antônio Esteves, caixa 01, 1873.

Martins Esteves demonstra a mesma preocupação que o pai em relação aos estudos como meio de se pertencer à boa sociedade. Em carta enviada à mãe em resposta às preocupações desta em relação ao filho mais novo, ele diz:

> "Minha querida Mãe
> (...)
> O Lucio está bem continuando da m^ma^ maneira os seus estudos, assim como eu que sempre choro este tempo de auzencia que longe de vós passo, ao m^mo^ tempo refletindo que se não fora assim, algum dia jamais pertencerei a sociedade, e por isso na ha outro recurso senão estudar e sempre avançar e com todas as forças, que a minha intelligencia permitte"[32].

E Manoel Esteves, em outra carta enviada ao filho, revela o que realmente lhe interessa: "... do coracção como Pai, eu nada preciso, só sim os seus adiantamentos nos seus estudos, e pagar o que devo como ja diçe para todos ficarem arranjados;..."[33] Francisco acabou se formando pela Faculdade de Direito do Recife, uma das mais conceituadas do Brasil Império e substituiu o pai, após sua morte, na administração de suas propriedades, tendo sido também nomeado tutor dos irmãos menores.

Ao morrer em 1879, aos 66 anos, Manoel Esteves deixou 11 filhos, sendo oito ainda menores de idade. De acordo com seu testamento, elaborado em 10 de maio de 1879, ele deixou a quantia de 4 contos de réis à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença[34], em um gesto típico dos afortunados do século XIX, e todo o restante de sua herança deixava como capital de giro para a sociedade Manoel Esteves & Filhos, ficando seus sócios obrigados a dividirem semestralmente os lucros, em partes iguais, a todos os seus filhos, enquanto estes vivessem, e depois aos filhos destes. Declara, entre seus haveres, terras, plantações, estabelecimentos rurais, escravos, títulos de dívidas, ações de companhias, propriedades em Valença, a estação de Esteves na Estrada de Ferro União Valenciana e a dita sociedade comercial. Deixou, portanto, um rico patrimônio para os filhos. Foi um dos raros casos na região em que isto aconteceu, revelando profundo senso administrativo.

Enfim, a partir da redescoberta de fontes como as referentes a Manoel Esteves é que pode se tornar possível uma releitura do Brasil oitocentista, partindo-se do pressuposto de que a mentalidade de um indivíduo histórico é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo. Ou seja, é o estudo desse caso particular que pode revelar as crenças e atitudes comuns à sociedade da época, levando-se em conta as particularidades dos diferentes grupos sociais e suas relações entre si, na construção desta vasta rede de sociabilidade.

[32] Correspondência de Manoel Antônio Esteves, caixa 01, 1869.

[33] Correspondência de Manoel Antônio Esteves, caixa 01, 1871.

[34] Quando assumiu a provedoria da Irmandade, neste mesmo ano de 1879, Manoel Esteves encontrou um déficit de 2:408$685, tendo arcado com tal despesa.

Referências bibliográficas

BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840). In: CARVALHO, José Murilo de & NEVES, Lúcia Maria B. P. das. *Repensando o Brasil do oitocentos. Cidadania, política e liberdade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____ *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____ *A construção da ordem. A elite política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____ História da família e demografia histórica. In: VAINFAS, R. & CARDOSO, Ciro F. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARTINS, Ana Luiza. *História do café.* São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa. Família e Poder no Brasil Império.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: EDUSC, 2005.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Verbete boa sociedade. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário de Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PAIVA, Fernanda Gonçalves de. *Família Esteves: um estudo das relações familiares e econômicas de uma família fluminense no século XIX.* Valença: monografia de conclusão de curso apresentada ao CESVA, 2004.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.